

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidadas

Em 31 de dezembro de 2022

NOVONOR AMBIENTAL S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individual e consolidado

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individual e consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Novonor Ambiental Participações S.A.
São Paulo - SP

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Novonor Ambiental S.A. ("Companhia" ou "NA"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Novonor Ambiental S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Apresentação das demonstrações contábeis consolidadas

Conforme mencionado nas Notas Explicativas nº 1.1 e 10(a), em função das movimentações societárias informadas nas referidas notas, em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possui investimentos em controladas, razão pela qual não estão sendo apresentados os saldos consolidados do balanço patrimonial e da demonstração do fluxo de caixa.

Outros assuntos

Auditoria dos saldos comparativos

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós auditadas e sobre elas emitimos relatório, datado de 15 de julho de 2022, contendo ressalva sobre investigações e outros procedimentos legais conduzidos pelo Ministério Público Federal e outras autoridades públicas.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de maio de 2023.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Balanco patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado (*)
		2022	2021	2021
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	51.508	48.094	49.333
Contas a receber	7		482	482
Partes relacionadas	8	564	80	80
Tributos a recuperar	9	4.019	6.953	7.115
Outros ativos		758	1.257	1.751
		<u>56.849</u>	<u>56.866</u>	<u>58.761</u>
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Partes relacionadas	8	21.821	22.183	22.183
Outros ativos		1.160	1.387	
		<u>22.981</u>	<u>23.570</u>	<u>23.570</u>
Investimentos	10		9.237	
		<u>22.981</u>	<u>32.807</u>	<u>23.570</u>
Total do ativo		<u>79.830</u>	<u>89.673</u>	<u>82.331</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía investimentos em controladas, razão pela qual não existe balanço patrimonial consolidado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Balanço patrimonial em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado (*)
		2022	2021	2021
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Fornecedores		1.219	3.081	3.242
Salários e encargos sociais		786	1.137	1.137
Tributos a pagar	11	469	260	316
Partes relacionadas	8	3.932	3.932	3.932
Outros passivos		4.041	3.898	3.897
		<u>10.447</u>	<u>12.308</u>	<u>12.524</u>
Não circulante				
Partes relacionadas	8	644	8.243	685
Dividendos a pagar	8 (c)	17.552	17.552	17.552
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	12	2.181	2.360	2.360
		<u>20.377</u>	<u>28.155</u>	<u>20.597</u>
Patrimônio líquido				
Capital social	13(a)	12.009	12.009	12.009
Reserva de capital	13 (b)	692	692	692
Reservas de lucros	13(c)	26.586	27.284	27.284
Ajuste de avaliação patrimonial		9.719	9.225	9.225
		<u>49.006</u>	<u>49.210</u>	<u>49.210</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>79.830</u>	<u>89.673</u>	<u>82.331</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía investimentos em controladas, razão pela qual não existe balanço patrimonial consolidado.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado (*)	
		2022	2021	2022	2021
Operações continuadas					
Receita de serviços			178		604
Lucro bruto			178		604
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	14	(7.163)	(12.624)	(9.427)	(44.074)
Outras receitas (despesas), líquidas	14	287	374	3.060	345
Resultado de participação societária	10 (a)	416	(29.094)		
Prejuízo operacional		(6.460)	(41.166)	(6.367)	(43.125)
Resultado financeiro, líquido	15	6.102	2.738	6.026	4.717
Prejuízo das operações continuadas antes do imposto de renda e da contribuição social		(358)	(38.428)	(341)	(38.408)
Imposto de renda e contribuição social correntes	16 (a)	(642)		(659)	(20)
Prejuízo das operações continuadas		(1.000)	(38.428)	(1.000)	(38.428)
Lucro das operações descontinuadas		302	35.127	302	35.127
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas		(698)	(3.301)	(698)	(3.301)
Atribuível a					
Acionistas da Companhia				(698)	(3.301)
Participação dos não controladores					
				(698)	(3.301)
Prejuízo básico por lote de mil ação das operações continuadas e descontinuadas (expresso em R\$)	13 (d)			(1,27)	(6,03)

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía investimentos em controladas, o resultado consolidado em 31 de dezembro de 2022, inclui o resultado das controladas da Companhia até a data de suas respectivas extinções ou incorporação.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado (*)	
	2022	2021	2022	2021
Prejuízo do exercício das operações continuadas e descontinuadas	(698)	(3.301)	(698)	(3.301)
Outros resultados abrangentes:				
Variação cambial de investida no exterior	502	(27.116)	502	(27.116)
Realização Ajuste avaliação patrimonial de investida	(8)	56.085	(8)	56.085
Outros ajustes de investidas		(6)		(6)
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(204)</u>	<u>25.662</u>	<u>(204)</u>	<u>25.662</u>

(*) Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía investimentos em controladas, o resultado consolidado em 31 de dezembro de 2022, inclui o resultado das controladas da Companhia até a data de suas respectivas extinções ou incorporação.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Atribuível aos acionistas da controladora							Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucro			Ajustes de avaliação patrimonial	Total		
			Reserva legal	Reserva de lucro a realizar	Lucros (prejuízos) acumulados				
Em 1 de janeiro de 2021	12.009				(56.866)	67.713	22.856	8.344	31.200
Resultado abrangente do exercício:									
Prejuízo do exercício					(3.301)		(3.301)		(3.301)
Realização Ajuste avaliação patrimonial de investida					87.457	(30.680)	56.777		56.777
Variação cambial em investidas no exterior					(6)	(27.116)	(27.122)		(27.122)
Total do resultado abrangente do exercício					84.150	(57.796)	26.354		26.354
Transação de capital com acionistas:									
Constituição de reserva de capital		692	1.364	25.920	(27.284)	(692)			
Efeito dos não controladores sobre entidades consolidadas								(8.344)	(8.344)
Em 31 de dezembro de 2021	12.009	692	1.364	25.920		9.225	49.210		49.210
Resultado abrangente do exercício:									
Prejuízo do exercício					(698)		(698)		(698)
Realização Ajuste avaliação patrimonial de investida						(8)	(8)		(8)
Variação cambial em investidas no exterior						502	502		502
Total do resultado abrangente do exercício					(698)	494	(204)		(204)
Transação de capital com acionistas:									
Constituição de reserva de capital					(698)	698			
Absorção do prejuízo do exercício									
Em 31 de dezembro de 2022	12.009	692	1.364	25.222		9.719	49.006		49.006

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado (*)	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(358)	(3.301)	(340)	(3.301)
Ajustes				
Caixa gerado nas atividades descontinuadas				6.109
Equivalência patrimonial	(465)	29.094		30
Outras equivalências	48		48	
Resultado de operações descontinuadas		(35.127)		(35.127)
Reversão PECLD	(459)		(459)	
Reversão para processos trabalhistas, cíveis e ambientais	(179)	(969)	(179)	(969)
Baixas de ativos	3.703		3.703	
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(224)	(1.565)	(227)	(5.922)
Outros	401		1.168	
	2.467	(11.868)	3.714	(39.180)
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber				49.281
Adiantamentos a fornecedores	(42)	(1)	(42)	(1)
Tributos a recuperar	(923)	4.825	(917)	(4.483)
Depósitos judiciais	285		285	
Outros ativos	(38)	1.167	421	721
Fornecedores	(730)	(1.254)	(810)	(1.198)
Salários e encargos sociais	(351)	14	(351)	14
Tributos a pagar	210	(1.808)	208	(3.189)
Outros passivos	(22)	13	(24)	13
Caixa proveniente das operações	856	(8.912)	2.484	1.978
Juros pagos		(93)		(93)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	856	(9.005)	2.484	1.885
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Adiantamento para futuro aumento de capital		71.413		
Fluxos de caixa das atividades de investimentos das atividades descontinuadas				11.248
Recursos enviados	(334)			
Redução capital investida	3.016			
Alienação de investimentos		944		944
Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos	2.682	72.357		12.192
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Fluxos de caixa das atividades de financiamento das atividades descontinuadas				(11.693)
Amortizações de empréstimos e financiamentos		(3.751)		(3.751)
Recursos enviados	(124)	(11.921)		(91.205)
Recursos recebidos				139.122
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos	(124)	(15.672)		32.473
Efeito de caixa e equivalentes de caixa de empresas excluídas na consolidação				
Efeito de variação da taxa de câmbio no caixa e equivalentes a caixa			1	(21.652)
			(310)	8.354
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	3.414	47.680	2.175	33.252
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	48.094	414	49.333	16.081
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.508	48.094	51.508	49.333

(*) Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia não possuía investimentos em controladas, os fluxos de caixa consolidados em 31 de dezembro de 2022, incluem as movimentações das controladas da companhia até a data de suas respectivas extinções ou incorporação.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

A Novonor Ambiental S.A. (“Companhia” ou “NA”), com sede em São Paulo - SP, foi constituída em 2008 e tem como objetivo investir e operar projetos ambientais e prestar serviços, através de suas controladas diretas e indiretas, coligadas diretas e indiretas e controladas em conjunto (coletivamente denominadas “Grupo”).

A Companhia é controlada diretamente pela Novonor Ambiental Participações S.A (“NA Par”), e é parte integrante do Grupo Novonor, através do controle indireto da Novonor S.A. – Em Recuperação Judicial (“Novonor”).

1.1. Principais movimentações societárias e eventos relevantes

Em 11 de fevereiro de 2022, a Companhia recebeu da Foz Ambiental México S.A. de C.V. (“FAM”) o montante de R\$ 807 (US\$ 160 mil), referente a adiantamento do excedente de caixa no processo de liquidação da FAM.

Em 20 de junho de 2022, em assembleia geral de acionistas da controlada FAM, foi aprovada a publicação do balanço de liquidação da entidade e, conseqüentemente, sua liquidação.

Em 20 de julho de 2022 e em 1 de agosto de 2022, a Companhia recebeu da FAM os montantes de R\$ 1.044 (US\$ 194 mil) e R\$ 1.165 (US\$ 227 mil), respectivamente, referentes a remessas de excedente de caixa no processo de liquidação da FAM.

Em 9 de agosto de 2022, a Companhia recebeu o montante de R\$ 302 (US\$ 59 mil), referentes a créditos de IVA do Grupo Proveracruz (“Proveracruz”) e Grupo Metropolitano de Água (“Grupo MAS”), conforme previsto no contrato de compra e venda dos investimentos.

Em 20 de setembro de 2022, a Companhia adquiriu da controlada Growth Capital Invest S.A. (“Growth”) o montante de 54.983.710 ações da controlada indireta Brasil Saneamentos S.A. (“Brasan”) pelo valor de R\$ 7.506, com vencimento em 20 de setembro de 2025, conforme contrato de venda de ações. A partir desta data a Companhia assumiu o controle direto da Brasan.

Em 11 de outubro de 2022, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação pela Companhia da totalidade do patrimônio da controlada Brasan, sendo a controlada Brasan extinta.

Em 19 de dezembro de 2022, a Companhia dissolveu o investimento em Growth. Na qualidade de única acionista de Growth, a Companhia recebeu em transferência a totalidade dos ativos e passivos da Growth nesta data, e conseqüentemente, o valor de 7.506 a pagar, pela Companhia à controlada direta Growth, pela aquisição da Brasan foi quitado.

1.2. Acordo Global do Grupo Novonor com as autoridades

Em dezembro de 2016 a Novonor, na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao seu grupo econômico, firmou o Acordo de Leniência (“Acordo”) com o Ministério Público Federal (“MPF”) e com as autoridades dos EUA e Suíça (“Acordo Global”), responsabilizando-se por todos os atos ilícitos que integram o objeto do Acordo, praticados em benefício dessas empresas, com exceção da Braskem, que firmou acordo próprio, comprometendo-se a pagar o valor global equivalente a R\$ 3.828 milhões, em 23 anos. Em 8 de agosto de 2019, o referido acordo foi aditado, alterando-se o cronograma de pagamento.

Em julho de 2018, a controladora Novonor celebrou o acordo de leniência com o Ministério da Transparência/ Controladoria-Geral da União (“CGU”) e com a Advocacia Geral da União (“AGU”), mediante o qual serão extintas as ações de improbidade e os processos administrativos no âmbito do Executivo Federal brasileiro.

Monitores Independentes atuaram no Grupo Novonor, tendo como principal objetivo confirmar que a controladora Novonor e suas controladas estão cumprindo todos os compromissos firmados no Acordo Global. O processo de monitoramento teve início em fevereiro de 2017 e encerrou em novembro de 2020.

A Administração, neste momento, entende que possíveis efeitos dos Acordos de Leniência e investigações em andamento não deverão afetar as demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2022.

1.3. Recuperação judicial

Em 17 de junho de 2019, as controladoras indiretas Novonor, ODBINV S.A. – Em Recuperação Judicial S.A. (“ODBINV”) e Kieppe Participações e Administração Ltda – Em Recuperação Judicial (“Kieppe”), assim como outras empresas pertencentes ao Grupo Novonor, não incluindo a Companhia e suas controladas, ajuizaram pedido de recuperação judicial perante a 1ª Vara de Falência e Recuperação Judicial da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, nos termos da Lei nº 11.101/05 (“RJ”).

Em 22 de abril de 2020, foi aprovado o plano de recuperação judicial das controladoras indireta Novonor, ODBINV S.A. e Kieppe e de algumas empresas do Grupo Novonor. A Assembleia Geral de Credores, das demais empresas, deliberou a suspensão e apreciação dos seus respectivos planos de recuperação judicial em nova data.

Em 3 de agosto de 2020, foi publicada a homologação pela justiça do plano de recuperação judicial da Novonor e de mais 11 empresas do Grupo Novonor.

1.4. Principais medidas e impactos decorrentes da COVID-19

O COVID-19 (“coronavírus”) foi primeiramente reportado em Wuhan, na China continental e, posteriormente, espalhou-se por diversos países. Desde então, têm sido informados mundialmente casos de contágio e fatalidade devido ao vírus, de forma que, em 3 de março de 2020, o surto foi caracterizado como pandemia pela Organização Mundial da Saúde.

Até o momento, a Companhia e suas controladas não sofreram grande impacto com relação à pandemia em suas operações ou situação financeira. Dada a dinâmica incerta da evolução do contágio, não é possível prever o impacto final que este surto poderá ter sobre o mercado financeiro e a economia global e, conseqüentemente, sobre os negócios da Companhia.

1.5. Aprovação das demonstrações financeiras

As presentes demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de maio de 2023.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelos saldos de propriedades para investimento e ativos disponíveis para venda que estão mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1:) - Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão sobre as demonstrações financeiras.

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas.

Alterações ao CPC 23 – Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (IAS 8)

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada.

Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro (IAS 12)

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

2.3. Consolidação

(a) Controladas e consolidadas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As demonstrações financeiras consolidadas abrangem as informações da Companhia e suas controladas, nas quais são mantidas as seguintes participações acionárias, diretas e indiretas, em 31 de dezembro:

	Local de constituição e operação	2022	2021
<u>Diretas:</u>			
Growth	Luxemburgo		100,00
FAM	México		100,00
<u>Indiretas:</u>			
Brasan	Brasil (RJ)		100,00

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação detida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

(c) Demonstrações financeiras individuais

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas, controladas em conjunto e coligadas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico que atuam ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Moeda funcional diferente do real

Algumas controladas possuíam moeda funcional diferente da moeda da Controladora, conforme demonstrado abaixo:

	<u>Moeda funcional</u>
FAM	Pesos Mexicanos
Growth	Euro

As demais controladas adotam a moeda funcional real.

(c) Transação e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ganhos e perdas cambiais relacionados a ativos e passivos são apresentados na demonstração do resultado como resultado financeiro.

2.5. Instrumentos financeiros e não financeiros

2.5.1. Classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, representados por "Caixa e equivalentes de caixa", "Contas a receber", "Partes relacionadas", "Fornecedores" e "Outros passivos" como mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação (data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo).

Os ativos financeiros são apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

2.5.2. Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.5.3. *Impairment* de ativos financeiros e não financeiros

(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data da emissão do balanço se existe evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

(b) Ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (“UGCs”). Os ativos não financeiros, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.6. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais inferiores a três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como “Empréstimos e financiamentos”, no passivo circulante.

2.7. Contas a receber

As contas a receber correspondem aos valores a receber pela venda de produtos e pela prestação de serviços no decurso normal das atividades do Grupo.

As contas a receber são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, menos a Perda Esperada para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PECLD”) e, calculados com base na análise dos créditos e registrado no montante considerado pela administração como suficiente para cobrir perdas nas contas a receber.

2.8. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes.

Os saldos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data base das demonstrações financeiras.

2.10. Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.11. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações dos serviços prestados entre as empresas do Grupo.

O Grupo reconhece as receitas quando os valores podem ser mensurados com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as entidades e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada prestação de serviço.

(a) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras se referem à remuneração dos equivalentes de caixa e atualização monetária de tributos a compensar e ou a recuperar.

2.12. Benefícios a empregados

(a) Obrigações de aposentadoria

O Grupo disponibiliza um plano de Previdência Complementar através da, entidade fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, que atua sob a forma jurídica de sociedade civil, aprovada pelo Ministério da Previdência Social, (conforme Portaria nº 1.719 de 23/12/1994). Foi constituída em 1995 para atender a Política de Previdência do Grupo Novonor. O plano é disponibilizado para todos os seus Integrantes e Diretoria Estatutária.

O plano é estruturado na modalidade de contribuição definida, na qual o valor do benefício decorrerá sempre do saldo acumulado na conta de participante. A conta de participante é individual e constituída pelas contribuições dos integrantes, pelas contrapartidas da patrocinadora e pelo resultado dos investimentos.

(b) Outros benefícios pós emprego

Algumas empresas do grupo oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus integrantes e o custo arcado por ele através de emissão de apólice individual sem custo para o Grupo. O direito a esse benefício é condicionado à permanência do integrante no emprego até a idade de aposentadoria, estar em um plano de saúde regulamentado, ser contribuinte na manutenção do plano e ter tempo mínimo de vínculo.

(c) Participação nos lucros

O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação de empregados no resultado, além de uma provisão quando estiver contratualmente obrigada ou houver uma prática anterior que tenha gerado obrigação não formalizada. A participação no resultado tem como base os resultados alcançados pelo Grupo e avaliação do desempenho individual do empregado, em relação à sua contribuição para a formação deste resultado, tanto na parte quantitativa quanto na qualitativa.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

(a) Perda esperada de crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As controladas da Companhia têm por prática a estimativa de deterioração das contas a receber com base nas perdas esperadas de crédito durante a vida dos instrumentos financeiros. No processo de estimativa se avalia a probabilidade de *default* das contas a receber no momento de seu reconhecimento com base na experiência histórica dos últimos anos e posteriormente ajustadas pelas condições de crédito atuais e fatores macroeconômicos futuros, tais como crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxas de desemprego e inflação, os quais poderiam afetar a probabilidade de *default* dos saldos a receber.

As perdas esperadas de crédito se determinam em uma base coletiva em função do risco de crédito ou tipo de clientes.

(b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(c) Provisão e passivos contingentes

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

4. Gestão de risco financeiro

4.1. Fatores de risco financeiro

Considerações gerais

O Grupo participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, incluindo caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e partes relacionadas

Os instrumentos financeiros operados pelo Grupo têm como objetivo administrar a disponibilidade financeira de suas operações. A administração dos riscos envolvidos nessas operações é feita através de mecanismos do mercado financeiro que buscam minimizar a exposição dos ativos e passivos das empresas, protegendo a rentabilidade dos contratos e o patrimônio do Grupo.

O Grupo não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos (especulativos e não especulativos) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021.

(a) Risco cambial

O Grupo atua internacionalmente e está sujeito ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas.

O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos reconhecidos denominados em moedas estrangeiras, principalmente em função da controlada FAM, com exposição à moeda local.

(b) Risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros

O risco de fluxo de caixa associado com taxa de juros do Grupo decorre de aplicações financeiras cujos rendimentos estão atrelados principalmente a taxa de Certificado de Depósito Interbancário ("CDI").

(c) Risco de crédito

O risco de crédito também decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras.

A exposição máxima ao risco de crédito na data de apresentação do relatório é o valor contábil dos títulos classificados como equivalentes de caixa, contas a receber, depósitos em bancos e instituições financeiras e partes relacionadas na data do balanço.

(d) Risco de liquidez

É o risco do Grupo não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas financeiras que definem as diretrizes para o gerenciamento de riscos. Nos termos dessas políticas, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa e na liquidez de suas operações.

4.2. Gestão de capital

O objetivo do Grupo ao administrar seu capital é de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno às acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo.

Ao longo do exercício de 2022, a Companhia e suas controladas quitaram as dívidas do grupo, tornando a estrutura de capital cem por cento própria.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Ativos mensurados ao custo amortizado	
	2022 (Controladora)	2021 (Consolidado)
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	51.508	49.333
Contas a receber de clientes		482
Partes relacionadas	22.385	22.263
	<u>73.893</u>	<u>72.078</u>
	Passivos mensurados ao custo amortizado	
	2022 (Controladora)	2021 (Consolidado)
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores e outros passivos	5.260	7.139
Partes relacionadas	4.576	4.617
	<u>9.836</u>	<u>11.756</u>

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Bancos conta movimento	70	42	1.281
Aplicações financeiras	51.438	48.052	48.052
	<u>51.508</u>	<u>48.094</u>	<u>49.333</u>

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Contas a receber de clientes			
Clientes privados e públicos		930	930
Partes relacionadas		10	10
PECLD		(458)	(458)
		<u>482</u>	<u>482</u>

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Transações com partes relacionadas

(a) Composição

	Ativo			Passivo		
	Controladora		Consolidado	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021	2022	2021	2021
CNO S.A. ("CNO")		233	233	4.564	4.215	4.455
Novonor	564	5		12		
FAM					204	
Brasan					7.673	
NA Par	21.815	21.815	21.815			
Outros	6	210	215		83	162
	<u>22.385</u>	<u>22.263</u>	<u>22.263</u>	<u>4.576</u>	<u>12.175</u>	<u>4.617</u>
Circulante	564	80	80	3.932	18.925	3.932
Não circulante	21.821	22.183	22.183	644	8.330	685
	<u>22.385</u>	<u>22.263</u>	<u>22.263</u>	<u>4.576</u>	<u>27.255</u>	<u>4.617</u>

(b) Dividendos a pagar

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 17.552 (31 de dezembro de 2021– R\$ 17.552) referente a dividendos a pagar à controladora NA Par.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Imposto sobre serviços	1.412	1.412	1.412
Imposto de renda	1.614	757	762
Contribuição social	78	39	41
PIS e COFINS	126	3.890	3.890
INSS a recuperar	789	853	853
Outros		2	157
	<u>4.019</u>	<u>6.953</u>	<u>7.115</u>

10. Investimentos e provisão para perda em investimentos

(a) Movimentação dos investimentos - controladora

	Growth (i)	FAM (ii)	Brasan (iii)	2022	2021
	Saldo no início período	7.453	1.784		9.237
Adição de investimento			7.506	7.506	
Baixa investimento	(7.170)	(3.016)	(7.476)	(17.662)	
Redução de Capital					(72.913)
Equivalência patrimonial	(595)	1.041	(30)	416	(29.094)
Ajustes de avaliação patrimonial	312	191		503	(24.628)
Resultado de operações descontinuadas					88.471
Saldo no final do período					<u>9.237</u>

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) Em 19 de dezembro 2022, a Companhia dissolveu o investimento em Growth, absorveu seus ativos e passivos, e conseqüentemente, quitou saldo que tinha a pagar para Growth (Nota 1.1).
- (ii) Em 20 de junho de 2022, foi aprovada a liquidação da FAM, que remeteu o excedente de caixa para a Companhia (Nota 1.1)
- (iii) Em 20 de setembro de 2022, adquiriu a controlada Brasan pelo valor de R\$ 7.506. Em 11 de outubro de 2022, foi aprovada incorporação pela Companhia da totalidade do patrimônio da controlada Brasan. (Nota 1.1).

11. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado
	2022	2021	2021
Imposto de renda e contribuição social	239		
INSS - Instituto nacional do seguro social	133	139	139
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	76	110	110
PIS - Programa de Integração Social	14	3	3
Outros	7	8	64
	<u>469</u>	<u>260</u>	<u>316</u>

12. Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis

	Reclamações cíveis	Contingências trabalhistas e previdenciárias	Total
Em 31 de dezembro de 2021	232	2.128	2.360
(-) Reversão de provisão de contingência do exercício		(179)	(179)
Em 31 de dezembro de 2022	<u>232</u>	<u>1.949</u>	<u>2.181</u>

O cálculo da provisão para contingências foi feito em consonância com o relatório das ações de natureza tributária, civil e trabalhista, com base na avaliação dos consultores jurídicos, internos e externos, e considera as ações nas quais as empresas do Grupo são réis e para as quais a classificação de perda é provável.

(a) Causas possíveis

O Grupo possui processos tributários, trabalhistas e cíveis em andamento, nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais tem expectativa de perda possível. Em 31 de dezembro de 2022, esses processos de perdas possíveis somam o montante de R\$ 30.069 (31 de dezembro de 2021 - R\$ 29.606).

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Patrimônio Líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 12.009, composto por 547.699.682 ações ordinárias, representada da seguinte forma:

	% de participação		Capital social		Quantidade de ações	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
NAPAR	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682
	100	100	12.009	12.009	547.699.682	547.699.682

(b) Reserva de capital

A Companhia mantém registrada reserva de capital oriunda do aporte em seu capital social realizados em 9 de outubro de 2009 e em 18 de dezembro de 2013, e incorporação de ações da antiga controladora Odebrecht Engenharia Ambiental S.A., realizada em 30 de setembro de 2014. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui o montante de R\$ 692.

(c) Reserva de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder 20% do capital social ou até que o saldo dessa reserva. Acrescido do montante de reserva de capital exceda 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capita. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha o montante de R\$ 1.364 (2021 – R\$ 1.364).

(ii) Reserva de lucros a realizar

Esta reserva foi constituída com base em lucros não realizados, de acordo com os incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações, cuja realização futura se dará nos termos da legislação pertinente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia detinha o montante de R\$ 25.222 (2021 - R\$ 25.920) a título de reserva de lucros a realizar.

(d) Prejuízo por ação

O prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o semestre. A Companhia não mantém ações em tesouraria.

	2022	2021
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(698)	(3.301)
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	547.700	547.700
Prejuízo básico por lote de mil ações (em R\$)	(1,27)	(6,03)

A Companhia não possui ações ordinárias em circulação que possam causar diluição ou dívida conversível em ações ordinárias.

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Gastos por natureza – consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Classificadas por natureza:				
Gastos com pessoal	(2.285)	(6.467)	(2.285)	(8.870)
Auditorias, consultorias e assessorias	(359)	(2.481)	(2.008)	(12.848)
Outros serviços de terceiros	(70)	(175)	(999)	(1.058)
Perdas com recebíveis				(17.718)
Baixa de ativos e passivos	(3.668)		(3.668)	
Despesas com processos trabalhistas, cíveis e ambientais	(634)		(634)	
Provisões (reversão) para processos trabalhistas, cíveis e ambientais	179	(230)	179	(230)
Reversão PECLD	459		459	
Tributos, taxas e contribuições		(207)		(207)
Partes relacionadas		(484)		(578)
Receita ressarcimento de IVA (*)			2.783	
Outras receitas e despesas	(498)	(2.206)	(193)	(2.220)
	<u>(6.876)</u>	<u>(12.250)</u>	<u>(6.366)</u>	<u>(43.729)</u>
Classificadas por função:				
Custo dos serviços prestados e vendas				
Gerais e administrativas	(7.163)	(12.624)	(9.427)	(44.074)
Outras receitas (despesas) líquidas	287	374	3.060	345
	<u>(6.876)</u>	<u>(12.250)</u>	<u>(6.367)</u>	<u>(43.729)</u>

(*) Refere-se à devolução de IVA do Grupo MAS, para a investida FAM conforme contrato de venda dos investimentos.

15. Resultado financeiro, líquido – Consolidado

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras	6.195	1.664	6.195	1.664
Variações monetárias	224	409	227	409
Variações cambiais	11	1647	48	6.863
Outras		163		163
	<u>6.430</u>	<u>3.883</u>	<u>6.470</u>	<u>9.099</u>
Despesas financeiras				
Comissões bancárias	(2)	(287)	(2)	(355)
Despesas com juros	(2)	(214)	(2)	(214)
Juros sobre empréstimo		(209)		(209)
Tributos sobre operações financeiras	(313)	(181)	(313)	(181)
Multa e juros por atraso de pagamento	(11)	(210)	(11)	(210)
Variações cambiais			(116)	(3.170)
Outras		(44)		(42)
	<u>(328)</u>	<u>(1.145)</u>	<u>(445)</u>	<u>(4.381)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>6.102</u>	<u>2.738</u>	<u>6.026</u>	<u>4.717</u>

Novonor Ambiental S.A. e suas controladas

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2022.
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos – Consolidado

(a) Reconciliação da alíquota nominal com a taxa efetiva

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado antes de imposto de renda e contribuição social	(358)	(38.428)	(341)	(38.408)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	122	13.066	116	13.059
Efeito das exclusões (adições) permanentes	(764)	(13.066)	(775)	(13.079)
Equivalência patrimonial	416	(13.066)		(13.079)
Prejuízo fiscal (ano corrente) não constituído IR/CS diferido	286		286	
Outros	(1.466)		(1.061)	
Deespesa de imposto de renda e contribuição social	(642)		(659)	(20)

17. Eventos subsequentes

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 – Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 – Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de forma definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos internos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

* * *